2.º

O seu objecto consiste no corte e costura de calçado.

3.º

O capital social, integralmente realizado, é de quatrocentos mil escudos e corresponde à soma de duas quotas de duzentos mil escudos cada, sendo uma de cada uma das sócias Isabel Maria Faria Moreira e Nair Lima de Oliveira.

4.º

Por deliberação da assembleia geral poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante correspondente ao triplo do valor das respectivas quotas.

5.º

A cessão ou transmissão de quotas entre vivos, ainda que entre sócios, seus conjugues, descendentes ou ascendentes, não produzirá quaisquer efeitos em relação à sociedade, enquanto não for por esta consentida, por deliberação expressa, sendo certo que, em vez do consentimento, poderá ser deliberado o exercício do direito de opção no acto já realizado ou a realizar.

6.º

A gerência e administração da sociedade fica atribuída a ambas as sócias, desde já no medas gerentes, bastando apenas a assinatura de qualquer uma delas para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos inerentes à prossecução e ao desenvolvimento da actividade social.

7.º

1 — A sociedade poderá deliberar a amortização de quotas nos seguintes casos:

- a) Falência ou insolvência do respectivo titular;
- b) Penhor, penhora, arresto, arrolamento ou qualquer outra providência judicial que impeça ou limite o exercício dos direitos inerentes à titularidade da quota;
- c) Quando o sócio violar reiterada e gravemente os seus deveres sociais ou adopte comportamento desleal que, pela sua gravidade ou reiteração, seja seriamente perturbador do funcionamento da sociedade ou susceptível de lhe causar grave prejuízo;
- d) Quando o sócio viole qualquer das obrigações que lhe derivam do pacto social, da lei ou de deliberação social validamente proferida.
- e) Exclusão judicial de qualquer sócio;
- f) Quando por partilha subsequente a divórcio ou separação judicial de qualquer sócio a respectiva quota não lhe ficar a pertencer por inteiro.

2 — Se outra coisa não for deliberado em assembleia geral, a contrapartida da amortização será o correspondente ao valor nominal da quota amortizada se, contabilisticamente, não lhe corresponder valor inferior que, em tal caso, se aplicará.

3 — Amortizada qualquer quota, a mesma passa a figurar no balanço como quota amortizada, podendo posteriormente os sócios deliberar a criação de uma ou várias quotas, em vez da quota amortizada, destinadas a serem alienadas a um ou alguns sócios ou a terceiros.

8.º

1 — Os lucros líquidos e resultados positivos de cada exercício, tal como resultarem das contas aprovadas, terão a seguinte aplicação:

- a) Constituição ou reintegração da reserva legal;
- b) Constituição de reservas especiais que poderão, se assim for deliberado, abranger a totalidade não afectada à reserva legal;
- c) Distribuição do remanescente, se o houver, pelos sócios.

2 — Os sócios podem deliberar a distribuição dos lucros e resultados positivos em medida não exactamente coincidente com a proporção dos valores nominais das respectivas participações no capital social.

Conferida está conforme o original.

16 de Fevereiro de 2001. — O Segundo-Ajudante, *Mário da Silva Freitas*.
3000219729

ANTÓNIO LIMA — CORTIÇAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 03122/901016; identificação de pessoa colectiva n.º 502486333; inscrição n.º 02; número e data da apresentação: 13/940127.

Certifico que, pela apresentação supra-referida e em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o registo de:

Reforço de capital em 5 000 000\$, realizado em dinheiro e subscrito pelos sócios:

- 1) António de Oliveira Lima, e mulher
- 2) Branca Fernanda Pinheiro Fontes Lima, em comunhão de adquiridos, e alteração do pacto, tendo sido alterado o 3.º cuja redacção é a seguinte:

3.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro e outros valores constantes da escrita social é de seis milhões de escudos, dividido em duas quotas de três milhões de escudos, sendo uma de cada um dos sócios, António de Oliveira Lima e Branca Fernanda Pinheiro Fontes Lima.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Conferida está conforme o original.

14 de Fevereiro de 2001. — O Segundo-Ajudante, *Mário da Silva Freitas*.
3000219728

AMORIM & MOYA — CONSTRUÇÕES TURÍSTICAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 03793/930513; identificação de pessoa colectiva n.º 501839569; inscrições n.ºs 08 e 09; números e data das apresentações: 07 e 08/940513.

Certifico que pelas apresentações supra referidas e em relação à sociedade em epígrafe:

a) Na pasta respectiva foram depositados os documentos relativos à prestação de contas do ano de exercício de 1993.

b) Foi efectuado o registo de nomeação do conselho de administração e do fiscal único, por, um ano civil, renovável automaticamente até se máximo de três, com início em 31 de Março de 1994.

Nomeados para o conselho de administração: presidente — Américo Ferreira de Amorim, casado; vogais — António Rios de Amorim, solteiro, maior, e Abel Peixoto Gonçalves, casado.

Fiscal único: efectivo — César Gonçalves, Joio Rodrigues & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por João Jorge de Oliveira Rodrigues (revisor oficial de contas), casados.

Conferida, está conforme o original.

9 de Fevereiro de 2001. — O Segundo-Ajudante, *Mário da Silva Freitas*.
3000219723

BRAGA

BRAGA

RUDIAGRO — SERVIÇOS E AGRICULTURA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 7076; identificação de pessoa colectiva n.º 501597387; inscrição n.º 20; número e data da apresentação: 30/000915.

Certifico que em referência à sociedade em epígrafe que foi aumentado o capital social para 1 002 410\$, redenominado para 5 000 euros e foi alterado totalmente o pacto.

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma RUDIAGRO — Serviços e Agricultura, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar da Misericórdia, na freguesia de Ferreiros do concelho de Braga.

§ único. Por simples deliberação, a gerência poderá transferir a sede social para outro local do mesmo concelho ou concelhos limítrofes, bem como criar ou encerrar filiais ou qualquer forma de representação social, em território nacional e estrangeiro

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na elaboração e acompanhamento de projectos de investimento, elaboração de candidaturas, monitoragem e coordenação da acções de formação profissional agrária, assistência técnica às explorações agrícolas, avaliações e peritagens agrícolas e produção de bens agrícolas, nomeadamente de viticultura, fruticultura e horticultura.